



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol. 18, número 3, novembro, 2025, pág. 242-263

Dinâmicas de internação e tratamento de mulheres no hospício Juliano

Moreira, Belém/PA

Dynamics of hospitalization and treatment of women at the Juliano Moreira hospice, Belém/PA

Dinámica de la hospitalización y tratamiento de mujeres en el hospicio Juliano Moreira, Belém/PA

Letícia Marlene Figueiredo¹

Adelma Pimentel²

RESUMO

O hospício Juliano Moreira (JM), fundado em 1919 em Belém do Pará foi uma das principais instituições psiquiátricas do norte do Brasil. Nos seus primeiros anos, o hospício enfrentou problemas como superlotação e condições precárias, refletindo o modelo tradicional de tratamento baseado no isolamento dos pacientes. Conhecer a história do hospício é um importante marco para não se repetir práticas psiquiátricas pautadas em internação forçada, diagnósticos equivocados, isolamento e eletrochoque. A abordagem da saúde integral/mental de mulheres exige tratamento digno e inclusivo, de modo a não ‘encarcerar’ mulheres, mesmo na ausência de “patologias” mentais, seja por familiares, policiais e ou psiquiatras. Assim, apresentamos uma revisão de literatura do perfil clínico das internas do JM, em um levantamento de documentos públicos do Arquivo Público do Pará, e de literatura científica sobre saúde mental de mulheres, pós-reforma psiquiátrica brasileira, estudos de gênero e fenomenológicos. Espera-se desvelar mecanismos de dominação fundados no eufemismo de “tratamento” em saúde mental, e apresentar estratégias de humanização.

Palavras-chave: hospício; reforma psiquiátrica; internação, gênero, fenomenologia.

¹ Mestre em Psicologia pela UFPA. Doutoranda em Psicologia pela UFPA/PPGP E-mail: leticia.msfigueiredo.psi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2588-3586>

² Titular na Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela UFPR Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0048-4976> E-mail: adelmapimintel@gmail.com



ABSTRACT

The Juliano Moreira Asylum (JM), founded in 1919 in Belém, Pará, was one of the leading psychiatric institutions in northern Brazil. In its early years, the asylum faced problems such as overcrowding and precarious conditions, reflecting the traditional treatment model based on patient isolation. Understanding the history of the asylum is an important milestone in preventing the repetition of psychiatric practices based on forced hospitalization, misdiagnosis, isolation, and electroshock. A comprehensive approach to women's mental health requires dignified and inclusive treatment, so as not to "incarcerate" women, even in the absence of mental "pathologies," whether by family members, police officers, or psychiatrists. Therefore, we present a literature review of the clinical profile of JM inmates, based on a survey of public documents from the Pará Public Archives and scientific literature on women's mental health, post-Brazilian psychiatric reform, gender studies, and phenomenological studies. The aim is to uncover mechanisms of domination based on the euphemism of "treatment" in mental health and to present strategies for humanization.

Keywords: hospice; psychiatric reform; hospitalization, gender, phenomenology.

RESUMEN

El Asilo Juliano Moreira (AJ), fundado en 1919 en Belém, Pará, fue una de las instituciones psiquiátricas más importantes del norte de Brasil. En sus inicios, el asilo enfrentó problemas como el hacinamiento y las condiciones precarias, reflejo del modelo tradicional de tratamiento basado en el aislamiento de las pacientes. Comprender la historia del asilo es un hito importante para prevenir la repetición de prácticas psiquiátricas basadas en la hospitalización forzada, el diagnóstico erróneo, el aislamiento y el electroshock. Un enfoque integral de la salud mental de las mujeres requiere un tratamiento digno e inclusivo, para evitar el encarcelamiento de las mujeres, incluso en ausencia de patologías mentales, ya sea por parte de familiares, policías o psiquiatras. Por lo tanto, presentamos una revisión bibliográfica del perfil clínico de las internas del AJ, basada en un estudio de documentos públicos del Archivo Público de Pará y literatura científica sobre salud mental de las mujeres, la reforma psiquiátrica posbrasileña, los estudios de género y los estudios fenomenológicos. El objetivo es descubrir mecanismos de dominación basados en el eufemismo de "tratamiento" en salud mental y presentar estrategias de humanización.

Palabras clave: hospicio; reforma psiquiátrica; hospitalización, género, fenomenología.

INTRODUÇÃO

Relato de pesquisa sobre formas que mulheres eram "internadas" no hospício Juliano Moreira, em Belém/Pará. Estudo inserido na linha Fenomenologia



Teoria e Clínica, fundamentado no princípio que desvelar “intervenções” médicas e de segurança pública, com o objetivo econômico são é uma forma de reparação.

Documentos em saúde registram as dinâmicas de tratamento e respostas a quem são aplicadas as estratégias técnicas de “cura”, em linguagem tradicional. Assim, consideramos que o prontuário é de extrema importância, uma vez que possibilita o planejamento de uma intervenção, a partir da história de necessidades da mulher em atendimento, independente do profissional que esteja acompanhando aquela pessoa. Outro ponto relevante está na possibilidade de uso deste documento como fonte importante de informações para pesquisas e coleta de dados. Desta forma, além do respaldo ao profissional, o registro também é considerado um benefício ao cliente que pode acessar suas informações e ter um atendimento de qualidade. Nesta pesquisa, os documentos são elementos significantes para conhecer aspectos da memória da atenção em saúde realizada no Hospital Juliano Moreira (HJM)

O HJM foi estabelecido em 19/06/1892 com o nome de Hospício dos Alienados, tendo em 1937 sido nomeado de Juliano Moreira, funcionando até 1984 quando foi fechado, após pegar fogo em 1982. Foi o primeiro hospício que abrigou em Belém pessoas no espectro da pobreza, miséria e “loucura”. Por 92 anos conteve pessoas em processos de exclusão e ausência de dignidade. Assim, recuperar a memória sobre os procedimentos clínicos usados contribui para fortalecer o princípio da desinstitucionalização.

A importância do registro documental em prontuário é uma prática que integra a atuação dos profissionais que atuam na saúde psíquica. Na esfera da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia publicou a resolução (CFP nº 001/2009) em que informa a obrigatoriedade do registro documental na prestação de serviços psicológicos. Posição semelhante encontra-se nas diretrizes da Associação Americana de Psicologia (APA, 2007), a qual aponta o valor e cuidados com o registro e sua manutenção.

O problema de pesquisa visou situar aspectos da vida de muitas mulheres, que no final do século XIX e início do século XX foram “encarceradas” no hospital



psiquiátrico como forma de conter sua rebeldia, independente de vivenciar doenças psíquicas. Assim, pretende-se desvelar como se deu o enclausuramento de mulheres nas décadas de 1960, anos de chumbo no país. O estudo envolve pesquisadoras da pós-graduação em Psicologia, em mestrado e doutorado na UFPA.

Metodologicamente realizamos uma revisão sistemática de literatura produzida no período de 2019-2024, um procedimento fundamental para a qualificação das discussões e problematizações a respeito do tema. Este preâmbulo visa elucidar a relevância social do artigo, já que a “loucura” que levava a internação de mulheres por nove décadas foi no HJM a justificativa apontada para supressão dos direitos e da dignidade das mulheres; quanto à relevância científica e pessoal, o enfoque fenomenológico gestáltico em saúde mental permite ampliar ações de cuidado em rede, e análises interseccionais de gênero.

O HJM abrigava, entre outros, um grande número de mulheres que, muitas vezes, não estavam ali apenas por questões de saúde mental, mas também por questões sociais, culturais e de gênero, configurando o encarceramento de mulheres. O hospício, localizado em Belém do Pará foi uma instituição com uma história marcada por desafios e mudanças significativas no campo da saúde mental na região. Sua história reflete as práticas psiquiátricas no país e as complexas questões sociais e políticas envolvidas no tratamento de pessoas com distúrbios mentais.

O HJM foi fundado durante um período em que as políticas de saúde mental no Brasil eram influenciadas por ideias europeias sobre a psiquiatria e o tratamento de doenças mentais, que enfatizavam o isolamento dos pacientes como uma forma de tratamento. Desde os primeiros anos, o hospício recebia pacientes de toda a região norte do Brasil, enfrentando problemas crônicos de superlotação, falta de recursos e condições precárias de vida para os internos.

Nos anos 1960 e 1970, o Brasil começou a vivenciar um movimento de reforma psiquiátrica, que questionava o modelo tradicional de tratamento baseado no isolamento e na institucionalização. Essas reformas foram impulsionadas por



críticas às condições desumanas nos hospitais psiquiátricos e pela crescente defesa de uma abordagem mais comunitária e humanizada para o tratamento de transtornos mentais. Em Belém, o Juliano Moreira não ficou imune a essas mudanças. A partir dos anos 1980, a instituição começou a adotar novas práticas de tratamento, com foco na reintegração dos pacientes à sociedade e na redução do uso de internações prolongadas. Essas mudanças fizeram parte de um movimento em todo o Brasil, que culminou na aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica em 2001, que incentivava a desinstitucionalização e a criação de serviços de saúde mental baseados na comunidade.

Vulnerabilidade das mulheres

A história da psiquiatria no Brasil é marcada por práticas que hoje seriam consideradas abusivas e desumanas. No início do século XX, o tratamento de distúrbios mentais era muitas vezes confundido com a necessidade de afastamento social daqueles que eram vistos como "inconvenientes" ou "inaptos". Neste cenário, as mulheres eram particularmente vulneráveis. Em muitos casos, o comportamento feminino considerado "impróprio" ou fora das normas sociais estabelecidas – como a insubordinação, a liberdade sexual ou o descontentamento com o papel tradicional de esposa e mãe – era visto como um sintoma de doença mental.

No Hospício Juliano Moreira, o perfil das mulheres internadas refletia essa tendência. Muitas delas foram internadas por iniciativa de familiares, maridos ou autoridades locais, sem necessariamente apresentarem distúrbios mentais graves. O asilo, portanto, funcionava não apenas como um espaço de tratamento psiquiátrico, mas também como uma forma de controle social sobre as mulheres.

O encarceramento de mulheres no Hospício Juliano Moreira revela a interseção entre gênero e saúde mental. Durante o século XX, a psiquiatria brasileira era dominada por homens, e a visão patriarcal sobre o papel das mulheres na sociedade influenciava diretamente as práticas de diagnóstico e tratamento. As mulheres que não se conformavam aos padrões de comportamento feminino esperado muitas vezes eram rotuladas como histéricas, depressivas ou "loucas". Essa patologização do comportamento feminino servia para justificar a



institucionalização de mulheres que, em muitos casos, estavam apenas exercendo sua autonomia ou questionando o *status quo*.

Além disso, as condições de vida dentro do hospício eram extremamente precárias. As pacientes mulheres frequentemente sofriam abusos físicos e psicológicos, além de viverem em condições de higiene e alimentação inadequadas. A superlotação e a falta de cuidados médicos adequados eram comuns, agravando ainda mais o sofrimento das internas.

A desinstitucionalização da saúde mental, que começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XX, trouxe à tona a necessidade de revisar e repensar as práticas psiquiátricas e o tratamento das pessoas com transtornos mentais, especialmente mulheres.

O Hospício Juliano Moreira representa um capítulo complexo da história da psiquiatria no Brasil, especialmente no que se refere ao tratamento de mulheres. A análise das práticas adotadas naquela instituição nos convida a questionar as relações entre gênero, poder e saúde mental, e a lutar por um sistema de saúde mais justo e humano para todos. Ao lembrar dessas mulheres e suas histórias, fazemos uma importante recuperação da memória e reafirmamos a necessidade de mudanças profundas nas práticas psiquiátricas e na forma como tratamos as questões de saúde mental na sociedade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental com estratégias quantitativas e qualitativa nas análises. O pano de fundo é a saúde mental de mulheres. Os estudos que se valem de métodos mistos buscam entender o significado atribuído pelos participantes em relação a problemas humanos: qualitativo; como também, se utiliza de instrumentos que contenham dados numéricos observando assim as relações entre variáveis, como característica da pesquisa quantitativa (Creswell, 2010).

Desenvolvemos um estudo teórico da literatura científica e dos marcos fenomenológico gestáltico que norteiam a concepção de subjetividade; gênero e saúde psíquica; e levantamento quantitativo de prevalência e incidência das



imputações diagnósticas as mulheres descritas nos prontuários localizados. Os prontuários, os critérios de inclusão foram: prontuários de mulheres internadas no Hospício Juliano Moreira, Belém, década de 1960; e de exclusão prontuários de outras décadas; de homens, de crianças; e adolescentes. Os dados quantitativos foram tratados com frequência numérica simples, de conteúdo descritivo. As bases de dados foram os Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a partir da Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-PSI), no Portal de Periódicos CAPES, e no Repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) das instituições de ensino envolvidas no estudo; utilizando descritores mulheres, saúde mental e hospital psiquiátrico com modeladores booleanos *and*. Como critério de inclusão foram elencados artigos em português que tratam do encarceramento de mulheres em hospícios; e como critérios de exclusão artigos que não estejam acessíveis na íntegra e que não tratem especificamente do problema da pesquisa. A seleção dos artigos foi pela presença de um dos descritores no título e pelo resumo. Os dados dos artigos foram organizados em planilhas temáticas para compreensão inicial dos textos e identificados nos seguintes tópicos: bases de dados, ano de publicação, título, autores e resumo, seguido da leitura na íntegra, destacando os excertos que corroboram com a temática investigada, através disto, foi realizado o fichamento de cada texto, o qual compôs o corpus textual da pesquisa.

Ademais, para análise qualitativa utilizou-se a plataforma Voyant Tools, para gerar recursos visuais que ilustram relações temáticas e subsidiaram a categorização apresentada nos resultados.

É importante destacar que os procedimentos éticos da pesquisa cumprem com as Resoluções CNS nº 466 (2012), nº 510 (2016). Será submetido ao Comitê de ética em Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA, ressaltando-se que os prontuários que serão consultados estão no domínio público, assim, consoante o determinado na Resolução nº 510, Parágrafo único indica que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de



acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;III – pesquisa que utilize informações de domínio público, sendo o caso da presente investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à revisão de literatura, a busca realizada no Periódicos da CAPES, se deu a partir do acesso Café, o qual amplia as possibilidades de resultados da pesquisa. Utilizou-se os seguintes descritores: mulheres, saúde mental e hospital psiquiátrico, validados pela plataforma de Descritores em Saúde (DeCS/MeSH). Na busca avançada, selecionou-se o período de 2019 a 2024. Inicialmente, obteve-se 21 resultados. Após isto, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, a considerar os critérios de inclusão e exclusão elencados, selecionando-se 7 artigos de acordo com os objetivos desta pesquisa.

Nas bases PEPSIC e BVS-PSi não houveram resultados para a busca dos descritores. Também realizou busca no Catálogo de Teses e Dissertações e Scielo, com os mesmos descritores, utilizando o período de 2019 a 2024. Na primeira plataforma, obteve-se 21 resultados e na segunda, 2 resultados, sendo um selecionado na base da CAPES. Após isto, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, a considerar os critérios de inclusão e exclusão, contudo, nenhum artigo foi selecionado para compor o escopo da pesquisa, por não dialogar com a temática investigada.

Após a seleção e leitura na íntegra, por meio da Plataforma Voyant Tools, foi possível gerar uma nuvem de palavras que ilustra a co-ocorrência de termos que mais compareceram no corpus textual.

Figura 1: Nuvem de Palavras gerada pela Ferramenta Cirrus (Voyant Tools)



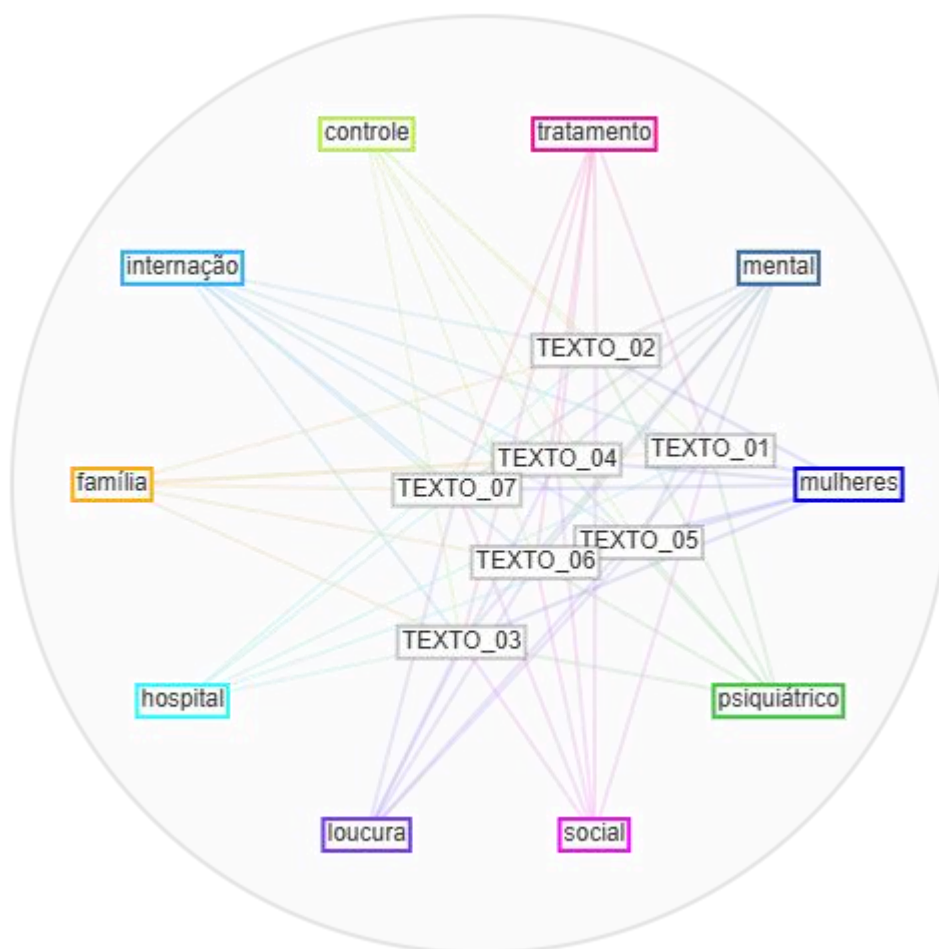
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



A partir da ilustração, é possível compreender que os termos mulheres, loucura e hospital psiquiátrico tiveram destaque, haja vista que foram os descritores utilizados para a revisão de literatura nas bases de dados, o que dá indicativos que os textos dialogam de forma efetiva com o intento investigativo desta pesquisa. Além disso, dá-se destaque aos termos, controle, família, tratamento, social e internação, os quais foram base para as categorias que emergiram da análise.

Adiante, também se utilizou a ferramenta gráfico de mandalas, na qual é possível identificar a interação temática existente entre os textos selecionados nas bases de dados.

Figura 2: Ilustração gerada pela Ferramenta Mandala (Voyant Tools)



Fonte: As autoras (2025)

A partir das interfaces ilustradas, criou-se duas subtemáticas discursivas com base nas categorias emergentes, a saber: a) Loucura como forma de controle dos corpos femininos, o qual versa sobre como os manicômios reproduziam uma lógica patriarcal exclusão; e b) A experiência da loucura em interface com a interseccionalidade, destacando que as mulheres mantidas nos hospitais psiquiátricos, apresentavam intersecções.

Loucura como forma de controle dos corpos femininos

A sociedade contemporânea constituiu-se a partir de processos que instituíram estigmas acerca da loucura. Sendo assim, considera-se que essa



percepção construída historicamente contribuiu amplamente para a forma de tratamento de pessoas que apresentavam algum tipo de sofrimento psicológico pelo saber médico. Essa marca, portanto, originou rótulos que retiram do sujeito dito como “louco”, o seu “eu”, a sua liberdade e seu direito de autonomia, logo, a decisão sobre sua vida estava nas mãos de terceiros que, por sua vez, passam a tratar esse indivíduo com certa insignificância, o tornando um objeto indesejável para sociedade.

Paulino *et al.* (2022) e Levy, Silva e Rocha (2023) convergem na discussão sobre o discurso paradoxal acerca da proteção da vida em sociedade que segrega e viola a liberdade de outras vidas por meio de internações forçadas. Ambos os textos, percorrem uma discussão sobre os hospitais psiquiátricos e o estabelecimento de controle social para depois discorrer propriamente sobre a participação de questões de gênero nos aspectos associados à loucura, estabelecida pela lógica patriarcal que se exclui e segrega quem se opõe.

Desta forma, Paulino *et al.* (2022), por sua vez, discute a vulnerabilidade de gestantes internadas em hospitais psiquiátricos. Eles indicam que os “manicômios”, hospitais psiquiátricos, se caracterizam como instituições totais, estabelecendo protocolos internos de controle social. Este controle, por vezes, é estabelecido por força e por via medicamentosa a fim de “normalizar” os pacientes para que tenham condutas socialmente aceitas. Soma-se a isto, o que é apresentado por Barreto e Cassoli (2020), ao indicarem que os hospitais psiquiátricos se constituem como instituições privilegiadas para exercer controle de corpos, principalmente, femininos.

Por sua vez, Levy, Silva e Rocha (2023) discutem sobre as narrativas de loucura nos manicômios judiciais, indicando que a relação de poder-saber psiquiátrico-jurídico imputa uma validade de periculosidade sobre a loucura, expressando a exclusão social de forma mais ampla. Estes autores tomam base na Foucaultiana para apontar que este processo se dá por meio de “mecanismos disciplinares” para os pacientes, bem como por “efeitos regulamentadores” para os demais membros da população.



Desta forma, o que se estabelece, frente a periculosidade e criminalidade estabelecida sobre a loucura, é o manicômio como lugar de contenção de pessoas que podem ser nocivas à sociedade. Assim, a legitimidade dada aos poderes-saberes estabelecidos sobre os médicos psiquiatras e juízes configura uma narrativa encarceramento que se justifica pela defesa social, institucionalizando a exclusão e normatização dos corpos, bem como indicado por Levy, Silva e Rocha (2023, p. 3), “essa internação possui uma dupla função: a marginalização e a domesticação de corpos”.

Além disto, Levy, Silva e Rocha (2023) relacionam os discursos de legitimação da loucura com interseccionalidades de gênero e raça. Evidenciaram que marcadores de mulheres pretas e pardas com baixa escolaridade, consistiam em maior número de internações. Estes autores argumentam que “a mulher que atravessa o sistema penal suporta toda a carga de humilhação, discriminação e estereotipia” (p. 14). Desta forma, as internações parecem corresponder a uma lógica desigual que ao invés de combater e reduzir crimes, acaba por construir uma face de periculosidade, reproduzindo desigualdades sociais, de gênero, classe e raça, sob a integração de loucura e criminalidade para o estabelecimento de controle social.

Nesta continuidade, é elucidado nas discussões apresentadas por Levy, Silva e Rocha (2023), que a loucura atribuída sobre as mulheres, lhes tem sido sistematicamente imputada por não desempenharem um papel ou comportamento que lhe é esperado, não se enquadrando no que espera de um comportamento feminino, no que lhe é imputado como natural. A denúncia desta narrativa também está presente na pesquisa de Barreto e Cassoli (2020), que evidenciam por meio dos diagnósticos psiquiátricos, bem como seu discurso moralista, a funcionalidade dos hospitais psiquiátricos como silenciamento e normalização dos comportamentos que se esperam ser femininos,

De forma semelhante, Levy, Silva e Rocha (2023) ao analisarem os prontuários e documentos judiciais dos casos das participantes da pesquisa, identificaram que mesmo havendo uma equipe multiprofissional dedicada ao



cuidado e observação das pacientes, estes também ao produzir relatórios e prontuários de atendimento acabavam por constituindo uma narrativa sobre elas. Tendo em vistas que estes documentos “produzem verdades sobre as “loucas-infratoras” e sobre seus processos de sofrimento psíquico” (p. 21), desta forma os discursos do poder-saber estabelecidos sobre estas mulheres agenciam novas identidades sobre suas histórias de vida.

Corroborando com isto, Costa e Boiteux (2020) indicam que

Um primeiro registro da incidência dos mecanismos de controle social sobre as mulheres em sofrimento psíquico em conflito com a lei diz respeito ao comportamento antissocial, antijurídico e ilícito das egressas. Ou seja, está relacionado ao desvio do ideal hegemônico feminino. (Costa, Boiteux, 2020, p. 483)

Outro ponto importante abordado pelos textos desta revisão está na relação da família com a interação e sua reversão. Levy, Silva e Rocha (2023) denunciam o poder e o controle estabelecido pelas famílias das internas, destacando que as mulheres são vistas pela sociedade como cuidadoras, mas não como pessoas que precisam de cuidados, assim, quando é solicitado a família que se comprometa com o cuidado das internas para que sua medida seja extinta, se apresenta o abandono familiar. Neste sentido Barreto e Cassoli (2020) desvelam como as pacientes revelam sua chegada no hospital psiquiátrico

O Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho era um desses locais em que os maridos internavam as mulheres que desviaram do destino traçado socialmente – elas não eram boas esposas, mães e donas de casa. Podemos dizer que a aliança entre a família e a psiquiatria era tão evidente, que ambas se tornavam complementares. (Barreto; Cassolil, 2020, p. 225). Desta forma, o controle estabelecido e justificado pela loucura se dá na instituição total, com todo um aparato social.

É importante ter como ponto de partida a ideia de que as internas não são em si incapazes de refletir ou agir por conta própria. No entanto, a situação manicomial determina essa condição de incapacidade não apenas pela



avaliação clínica da pessoa em internação e pelo estabelecimento de um diagnóstico psiquiátrico, como através de todo um aparato de contenção, isolamento, controle e vigilância. (Maluf et al., 2020, p, 59).

Isto posto, Gomes (2019) discorre sobre a Loucura Feminina em Goiânia e versam sobre como o tratamento dispensado às ditas “mulheres loucas” reproduz uma lógica patriarcal e “coloca(va) as mulheres sob a tutela de um homem, em sua maioria pai ou marido” (p. 164), recaindo em internações compulsórias que desejam docilizá-las, operando, inclusive, através do racismo científico, que apoiado pelo Estado, no intuito de controlar quaisquer “anormalidades” através da psiquiatrização de suas experiências. A loucura se firma como uma falha do controle social, recebendo atenção, estipulando o enclausuramento como resposta efetiva.

Temas como raça, sexualidades desviantes, alcoolismo, criminalidade, contestação política, fizeram parte do discurso médico e sua localização dos doentes mentais. Entre médicos brasileiros desse período era comum a ideia de que o meio social “corrompido” tinha um papel prioritário no desenvolvimento das doenças mentais. (Gomes, 2019, p. 167)

Segundo Gomes (2019, p. 168), em corpos femininos, a “loucura se manifestava pela sua recusa ao casamento, à maternidade e à família”, padrão vigente a época, o qual buscava manter as bases da sociedade patriarcal, com a manutenção da dominação masculina através do controle das questões sexuais e reprodutivas das mulheres.

Nisto, percebe-se que uma loucura advinha de uma perspectiva moral “que identificava as mulheres pela falta daquilo que a sociedade identificava com valores femininos: o casamento, a maternidade e a abnegação, ou seja uma anulação de suas vontades em detrimento das vontades e bem estar de sua família” (Gomes, p. 170).

Não obstante, Toledo (2021) visa “dar visibilidade e inteligibilidade histórica a formas de rebaixamento intelectual e de modos de vida vivenciados por uma paciente psiquiátrica internada no Hospital Psiquiátrico do Juquery entre os anos



1940 e 1950” (p. 1), apontando o hospital como mais uma forma de controle e higienização.

O hospital recolheu indivíduos considerados “nocivos” a um ideal de família moralizada e de um espaço urbano civilizado, tais como os denominados vadios, desordeiros, bêbados, prostitutas. O caráter não apenas terapêutico, mas também socialmente exemplar dessas internações, fica evidente quando porta-vozes das “famílias de bem” explicitavam em jornais paulistas que era desejável “enviar as loucas e as alcoólatras rapidamente para o Juquery, onde receberiam tratamento adequado para que pudessem, quem sabe, se reintegrar à sociedade um dia, ou onde permaneceriam definitivamente isoladas junto dos seus pares (Toledo, 2021, pá. 1)

Quanto às mulheres, o tratamento conflua a lógica de controle e manutenção da passividade, visto que a psicopatologia se constitui de maneira diferenciada para homens e mulheres, conforme afirma Toledo (2021,p. 2), “comportamentos sociais considerados sadios, assim como seus desvios designados sob a alcunha de doença mental, seguiam padrões distintos para os dois sexos”.

Além do enclausuramento, a forma de tratamento largamente utilizada era a psicocirurgia, a qual conferia “estabilidade” ao quadro psiquiátrico e “famílias e o ambiente hospitalar passavam a gozar de cômoda tranquilidade” [...], os pacientes sofriam com a perda da capacidade de síntese e de abstração, além de alterações em relação aos sentidos e ao julgamento moral” (Toledo, 2021, p. 4) e Jovens moças cuja sexualidade era considerada desviante ou anormal também acabaram por ser leucotomizadas ou lobotomizadas” (p. 5). Este foi o caso de Ana, a paciente destacada no estudo de Toledo (2021).

O que todos os achados da literatura desvelam é como os corpos femininos foram e continuam a ser alvos do controle e da dominação masculina, com o intuito de perpetuar a lógica cisheteronormativa, oferecendo respostas psicopatologizantes para deslegitimar as mulheres, colocando no “não lugar” que sempre fora ocupada por muitas que morreram nos manicômios ou nas que



permanecem institucionalizadas até os dias atuais, através dos saberes psiquiátricos e jurídicos.

A experiência da loucura em interface com a interseccionalidade

A revisão de literatura também apresentou resultados contundentes quando ao intento desta investigação, os quais a partir de leitura minuciosa, desvelam convergências teóricas, no que diz respeito a experiência da loucura, principalmente ao traçar um perfil das mulheres que eram internadas nos hospitais psiquiátricos, tanto no século XX (Barreto, Cassoli, 2020; Maluf *et al.*, 2020; Toledo, 2021; Gomes, 2021) , quanto nos hospitais de custódia que ainda existem atualmente (Levy, Silva, Rocha, 2023; Paulino *et al.* 2022; Costa, Boiteux, 2020).

Historicamente, em meados do século XVIII, a loucura passa a ser vista como objeto do saber médico (psiquiátrico, mais especificamente), posta como um fato perturbador e aversivo socialmente. Com isso, as ideias iniciais eram de reorganizar o espaço e manter as pessoas ditas “loucas” isoladas do espaço social, pautada em uma perspectiva higienista. Surgem então, os hospitais psiquiátricos que passam a ser espaços de isolamento de todos aqueles que apresentavam algum “desvio” dos comportamentos aceitos socialmente, mas apenas para fins de enclausuramento e não de tratamento e cuidado (Gomes, 2019).

Segundo Maluf *et al.* (2020, p. 57) o fato que possibilita “o surgimento da psiquiatria foi um conjunto de relações entre hospitalização, procedimentos de exclusão, produção de leis, a moral burguesa e as normativas nas relações de trabalho”, efetivando-se enquanto uma instituição total, dispositivo de controle e vigilância, principalmente sobre os corpos das mulheres. A internação imputava uma morte subjetiva, quando não real, visto que dificilmente quem ingressava nos hospitais psiquiátricos retornava ao convívio comunitário. Em suas análises os autores abordam que “algumas mulheres com diversas entradas e altas, outras que rapidamente foram colocados em condição de cronicidade, muitas delas permanecendo na instituição até morrer, tendo como “motivo da alta” o óbito” (p.



59). A loucura furtou a essas mulheres as possibilidades de ser e estar no mundo, pautada pela lógica da normalidade.

Barreto e Cassoli (2020, p. 212), no artigo que desvela as causas das internações no Hospital Psiquiátrico Aduauto Botelho em Goiânia, apontam que este foi “um espaço de confinamento, silenciamento e moralização de mulheres que apresentavam comportamentos incompatíveis com os padrões socialmente impostos na época - elas não eram boas filhas, esposas, mães e donas de casa”. Neste sentido, o hospital psiquiátrico assume um lugar de privilégio quanto à “normatização de corpos indisciplináveis e para o desenvolvimento e legitimação das práticas e discursos” (p. 214), pautado em uma lógica patriarcal.

Ressalta-se que os encaminhamentos das mulheres ditas “loucas” aos hospitais psiquiátricos eram realizados por médicos, familiares (principalmente pelos cônjuges) e até mesmo pela polícia (Gomes, 2019; Toledo, 2021). Em grande medida, estas mulheres já traziam consigo o fardo de construções sociais que versavam sobre o que era a loucura/doença mental, o que se agravava se seus comportamentos fugissem ao que se esperava de uma “mulher”. Deste modo, a “loucura feminina se configurava, por vezes, através de comportamentos desviantes em relação ao modelo de sexualidade ansiado socialmente para as mulheres nas primeiras décadas do século XX” (Toledo, 2021, p.3) , o qual demandava destas mulheres pudor, vida sexual voltada à procriação e à lógica monogâmica.

Neste ínterim, destaca-se que a experiência da loucura apresenta alguns pontos em comum, que permeiam aspectos interseccionais, os quais se apresentam em convergência nos achados da revisão de literatura. Gomes (2019) desvela que “ao criar um conceito de loucura impreciso ela passa a incluir diferentes seguimentos em seu rol de suspeitos, incluindo diversos tipos de degenerados alcoólicos, negros, prostitutas, homossexuais, anarquistas, imigrantes, criminosos, etc” (p. 167). Levy, Silva e Rocha (2023) descrevem que em sua investigação “a população feminina era majoritariamente composta por mulheres negras, solteiras, com baixa escolaridade e sem profissão ou com profissões que exigem baixa



qualificação” (p. 4). Paulino *et al.* (2022, p. 12) destacam, que “populações vulneráveis, [...] estão mais sujeitas a atos arbitrários e ao encarceramento, sendo a preponderância de mulheres pobres e negras”.

Entende-se que as experiências são subjetivas, contudo, no que tange a experiência da loucura, há pontos de intersecção, logo “quando tratamos de mulheres privadas de liberdade, é fundamental explicitar sua raça e sua classe, uma vez que são fatores relacionados à seletividade do sistema de justiça penal” (Costa, Boiteux, 2020, p. 470). Neste ponto, a discussão interseccional faz-se extremamente necessária, visto que “o feminismo interseccional pretende diminuir as assimetrias e as opressões por meio da visibilidade e da heterogeneidade” (p. 470), principalmente, pela não existência de uma categorização de “mulher” que seja global.

Costa e Boiteux (2020) assumem que

o termo interseccionalidade engloba a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. [...] Akotirene dispõe sobre uma interseccionalidade que forneça instrumentos para enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos oprimidos, adequando-se às demandas da brasilidade. Para tanto, defende uma perspectiva descolonial transdisciplinar, que trate da instrumentalidade do gênero, da raça, da classe e da nação; da sensibilidade interpretativa em relação aos efeitos identitários; da atenção global para a matriz colonial moderna, evitando o desvio analítico para apenas um eixo de opressão (p. 471).

Partir de aspectos interseccionais para lançar o olhar sobre a “loucura feminina” traça a possibilidade de desnaturalizar os dados que resultam das pesquisas sobre este tema, desvelando que a lógica manicomial opera também a partir de vieses racistas, de gênero, dentre outras perspectivas.

O que se exigia socialmente do papel da mulher eram atividades voltadas ao cuidado, procriação, ao casamento, “nesse sentido, a incapacidade de dar conta de todos esses papéis era vista, por um lado, como incompetência e inabilidade, e, por outro, como desvio do ideal feminino hegemônico branco” (Costa, Boiteux, 2020, p.



472), visto que as mulheres negras já haviam saído do espaço privado para ocupar os espaços públicos, contudo, mulheres negras foram e - ainda são - postas à margem, pois não se enquadram no ideal hegemônico, assumindo não lugares, facilmente capturadas pela criminalização e enclausuramento, esta lógica permanece nos dias atuais.

Logo, percebe-se que existem “escolhas prévias do sistema penal que indicam condutas e apontam quem são os sujeitos privilegiados no processo de criminalização e de vitimização” (Costa, Boiteux, 2020,p. 473). Essa seleção é baseada na correlação entre delinquência, classe, questões de raça, local de inserção, gênero e sexualidade, que vigoram enquanto o padrão cisheteronormativo estiver posto.

Apesar de avanços na política voltada à saúde mental, a lógica manicomial permanece. Novas práticas só poderão ser percebidas quando foco deixar de ser a repressão, medicalização, e ainda aprisionamento de subjetividades - seja de quaisquer formas de existência - e passarem a ser a saúde em toda a sua complexidade, considerando aspectos interseccionais.

Concretizar uma sociedade antimanicomial “significa combater a exclusão e a discriminação, garantindo que todas as pessoas com transtornos mentais tenham acesso ao tratamento em saúde mental, independentemente de terem sido ou não alvo do controle formal-penal” (Costa, Boiteux, 2020, 478). Garantir direitos sexuais e reprodutivos, respeitar e manter a decisão dos corpos de mulheres é ir de encontro a lógica que as aprisionou por tomarem decisões diferentes do padrão estipulado a elas, colocando-as como “loucas”, visto que, “a loucura pode ser considerada um fenômeno social e histórico porque a todo momento reproduz o racismo,preconceitos, costumes e valores do mundo exterior” (Gomes, 2019, p. 169).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos achados da literatura evidencia que a loucura feminina foi historicamente utilizada como ferramenta de controle e vigilância social, o qual opera de maneira desigual sobre os corpos das mulheres, especialmente aqueles



que não se enquadram em padrões solicitados que se voltam ao que seriam os comportamentos femininos esperados. Observa-se que hospitais psiquiátricos, manicômios judiciais e outras instituições totais atuaram como espaços de confinamento, normalização e silenciamento, configurando mecanismos de poder-saber que justificavam a exclusão de mulheres consideradas “desviantes”.

Isto não restringe apenas à imposição de normas de comportamento, mas também se articulam com questões de gênero, raça, classe e sexualidade, evidenciando uma interseccionalidade na experiência da loucura. Mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade, por exemplo, foram e continuam sendo desproporcionalmente vítimas de internações compulsórias, refletindo uma lógica social que associa periculosidade e criminalidade.

Isto posto, observa-se que é imprescindível compreender o fenômeno da “loucura feminina” partindo de uma perspectiva interseccional e histórica, para que haja então a possibilidade de desconstruir narrativas que geram estigmas e promover práticas de cuidado que respeitem os direitos, a autonomia e a diversidade das experiências femininas. O desafio atual versa sobre consolidar para uma sociedade antimanicomial que garanta inclusão, equidade e respeito à subjetividade das mulheres, rompendo com a lógica de controle e segregação.

REFERÊNCIAS

- Barreto, Railda Aparecida Barbosa; Cassoli, Tiago. 2020. “Eu não quero ficar no lugar das mulheres peladas, não!”: as causas das internações de mulheres no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho (Goiânia, Goiás). *Mnemosine. Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UERJ*, v. 16, n. 2. DOI: [10.12957/mnemosine.2020.57662](https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.57662)
- Costa, Bruna Martins; Boiteux, Luciana. 2020. Controle penal da loucura e do gênero: reflexões interseccionais sobre mulheres egressas da medida de segurança no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2,. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6812>
- Gomes, Michel Barbosa. 2019. Loucura feminina em Goiânia. *Revista Mosaico*, v. 12, p. 164–174 DOI: <https://doi.org/10.18224/mos.v12i0.640>.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Levy, Beatriz Figueiredo; Silva, Érica Quinaglia; Braga da Rocha, Wesley. 2023. *Narrativas em disputa sobre a loucura: da (re)produção discursiva sobre a periculosidade aos agenciamentos das internas em manicômios judiciais no Pará e no Distrito Federal*. Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia, v. 55, n. 1, jan./abr. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2023.i1.a52782>.
- Maluf, Sônia Weidner; Britto, Mirella Alves de; Barbosa, Inaê label; Silva, Camila Andressa Dias da. 2020. Por dentro do Hospital Colônia Santana: uma leitura etnográfica de prontuários psiquiátricos de mulheres internas nas décadas de 1940 e 1950. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.5799>.
- Paulino, Denise; Santa Rosa, Martina Nogueira de Magalhães; Santanello, Sabrina; Carvalho, Denise Siqueira de; Santos, Deivisson Vianna Dantas dos. 2022. *Gestantes internadas no hospital psiquiátrico: um retrato da vulnerabilidade*. Physis – Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 1, DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320119>
- Toledo, Eliza Teixeira de. 2021. Loucura, rebaixamento intelectual de mulheres e protagonismo: análise histórica a partir de estudo de caso. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 47, n. 3, set.-dez. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2021.3.40371>.

Submetido: 01/11/2025

Aprovado: 27/11/2025

Publicado: 30/11/2025

Autoras

Letícia Marlene Figueiredo

Mestre em Psicologia pela UFPA. Doutoranda em Psicologia pela UFPA/PPGP E-mail: leticiamsfigueiredo.psi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2588-3586>

Adelma Pimentel



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Titular na Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela UFPR Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0048-4976> E-mail: adelmapimtel@gmail.com